

**ESTUDANTES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM
PERNAMBUCO: AFIRMANDO A IDENTIDADE E DIREITOS****INDIGENOUS STUDENTS IN HIGHER EDUCATION IN
PERNAMBUCO: IDENTITY AND RIGHTS AFFIRMED****Maria da Penha da Silva¹**
mdpenhadsilva@yahoo.com**RESUMO**

O texto resulta da pesquisa em andamento para o Doutorado em Antropologia/UFPE. Trata-se de um estudo que busca compreender os protagonismos de indígenas nos cursos de graduação nos Institutos Federais de Educação no Semiárido pernambucano. Discutindo como se configura a presença indígena, o atual contexto, a diversidade de sujeitos, as implicações do imaginário institucional e social sobre a condição de “índios misturados”, relacionada a ideia da “perda” da identidade étnica vivenciada pelos discentes indígenas onde estudam. E quais as ações evidenciando os protagonismos desses estudantes em resposta às provocações e questionamentos na atualidade. A produção acadêmica sobre estudantes indígenas na Educação Superior no âmbito local na Educação e na Antropologia é incipiente. No âmbito nacional, os debates acadêmicos sobre o assunto vem intensificando-se na última década, indicando a permanente mobilização política dos povos indígenas pela garantia do direito a esse nível de formação. Embora, com um número baixo de indígenas nas instituições públicas, comparados aos matriculados nas instituições privadas. Contudo, a atuação política desses estudantes dentro e fora dessas instituições tem provocado algumas mudanças: desde atividades acadêmicas interculturais; a implementação de políticas públicas específicas para esse público estudantil; a execução de projetos de extensão junto aos povos indígenas, dentre outras ações.

Palavras-chave: Estudantes indígenas; Protagonismos; Educação superior

ABSTRACT

The text results from research for the Doctorate in Anthropology / UFPE. This is a study seeking to understand the role of indigenous people in undergraduate courses at Federal Institutes of Education in the semi-arid region of Pernambuco. Discussing how the indigenous presence is configured, the current context and the diversity of subjects, the implications of the institutional and social imaginary on the condition of “mixed Indians” related to the idea of “loss” of ethnic identity is experienced by the indigenous students where they study, and what the actions have been showing the protagonism of these students in response to the provocations and questions nowadays. Academic production on indigenous students in Higher Education at the local level in Education and Anthropology is incipient. At the national level, academic debates on the subject have intensified over the past decade, indicating the permanent political mobilization of indigenous peoples to guarantee the right to this level of education. Although, with a low number of indigenous people in public institutions, compared to those enrolled in private institutions. However, the political performance of these students inside and outside these institutions has brought about some changes: from intercultural academic activities; implementation of

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

specific public policies for this student audience; execution of extension projects with indigenous peoples, among other actions.

Keywords: Indigenous students; Protagonisms; college education

INTRODUÇÃO

A questão fundamental para avançar na cidadania indígena é superar a noção limitada e etnocêntrica que a entende como direitos e deveres comuns de indivíduos que partilham os mesmos símbolos e valores nacionais. Ora, os povos indígenas não partilham a mesma língua, a mesma história, os mesmos símbolos, a mesma estrutura social e, muito menos, a mesma estrutura, política, jurídica da sociedade brasileira dominantes, uma vez que possuem símbolos, valores histórias e sistemas sociais, políticos, econômicos e jurídicos próprios.

Gersem Baniwa

A Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 reconheceu a pluralidade étnica, os direitos específicos e diferenciados aos povos indígenas. Para os indígenas em nosso país, as expressões “índios” ou “indígenas” durante muito tempo foram vistas como pejorativas. Entretanto, a partir dos anos 1970 foram (re)significadas pelo movimento indígena nacional que se apropriou delas como afirmações identitárias para articular, visibilizar, unificar e fortalecer os laços de solidariedade entre os povos indígenas; e ao mesmo tempo, são pensadas como demarcadoras de fronteiras étnicas que diferem os índios ou indígenas dos demais grupos sociais atualmente habitando no Brasil (LUCIANO, 2006).

Atribuindo ao Estado a obrigatoriedade de respeitar e proteger as sociodiversidades indígenas existentes no país, sobretudo, demarcar os territórios como medida prioritária para garantir o pleno exercício da cidadania indígena e a autonomia, como ressaltou Gersem Baniwa², um reconhecido intelectual indígena, Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília e professor na Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Gersem Baniwa é autor de vários artigos e publicações, a exemplo dos livros: “O índio brasileiro, o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”; “Educação para manejo do

² O povo Baniwa habita na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Venezuela em aldeias nas margens do Rio Içana e afluentes, além de comunidades no Alto Rio Negro e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos/AM.

mundo, entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro”; “Educação Escolar Indígena no século XXI, encantos e desencantos”. Tratam-se de livros relevantes para compreendermos sobre as sociodiversidades dos povos indígenas no Brasil e seus processos educacionais.

Embora como afirmou Gersem Baniwa, o conceito de autonomia adotado pelo Estado brasileiro ainda esteja aquém do que os povos indígenas almejam, quando para os militares o conceito de autonomia indígena significa uma ameaça à soberania nacional, enquanto para os povos indígenas são possíveis dois sentidos:

O primeiro princípio é de garantir liberdade interna ou autogovernança étnica. O segundo princípio é a liberdade de acesso ao mundo extra-aldeia ou extra étnica. O que tem de comum entre os dois campos é a necessidade de que essa circulação nos dois mundos seja de forma articulada, manejada, afirmada, reconhecida e respeitada (LUCIANO, 2019, p. 200).

Para os povos indígenas, a cidadania indígena implica no reconhecimento de direitos e deveres como cidadãos brasileiros pertencentes à sistemas sociais, econômicos e jurídicos próprios que lhes conferem símbolos e valores específicos e diferenciados. “Para que a cidadania diferenciada dos povos indígenas se consolide, é necessário incorporar à noção o reconhecimento do direito de diferenciação, garantindo-se a igualdade de condições não pela semelhança, e sim pela equivalência” (LUCIANO, 2013, p. 184).

Nesse sentido, o antropólogo indígena acentuou a importância das organizações indígenas, à níveis regionais, nacionais e transnacionais para a garantia de direitos fundamentais consolidando a cidadania indígena e plena autonomia. Dentre esses, a demarcação e proteção dos territórios habitados, a educação e saúde específicas e diferenciadas, as manifestações socioculturais e autossustento. Sendo a educação formal uma das possibilidades de empoderamento político e apropriação de “(...) conhecimentos e experiências com vista na auto gestão das aldeias” (LUCIANO, 2013, p. 174).

Nessa perspectiva propomos reflexões acerca dos protagonismos indígenas na Educação Superior em Pernambuco, exigindo o reconhecimento e respeito à identidade étnica, e o acesso às políticas pública possibilitando uma formação profissional qualificada, para atuação nos territórios rumo a tão sonhada autonomia. Para os indígenas na região amazônica, atualmente nas instituições de Educação Superior, o reconhecimento étnico talvez não seja um problema, diante da proporção demográfica indígena em relação a população não indígenas, a exemplo de São Gabriel da Cachoeira, onde 90% da população é indígena (LUCIANO, 2013, p.190).

Entretanto, para os estudantes indígenas no Nordeste, no caso em discussão nesse texto os índios habitantes em Pernambuco, as identidades étnicas são questionadas recorrentemente, devido as narrativas históricas sobre a miscigenação como uma condição eminente para “perda” da identidade. E os estudantes indígenas vivenciam e enfrentam esses questionamentos cotidianamente na atualidade.

Apresentaremos algumas reflexões sobre como a presença de estudantes indígenas na Educação Superior em Pernambuco/Brasil tem questionado os relatos sobre a extinção dos povos indígenas nessa região. Tendo em vista as narrativas históricas sobre a suposta incorporação da população indígena à sociedade local, ocasionada pelas políticas assimilacionistas empreendida pelo Estado desde o período colonial e tão latentes no discurso governamental atual. Considerando que essas políticas apontam para o projeto de integração indígena ao sistema econômico e sociocultural ocidental, inicialmente por meio da tentativas da conversão religiosa e sociocultural, e posteriormente pela imposição de normas sociais para os povos indígenas abandonarem tradições, línguas e identidades socioculturais específicas e sendo desconsiderados como grupos étnicos com direitos originários aos territórios habitados.

Para melhor compreensão sobre essas questões, ressaltamos que devido ser uma pesquisa em andamento não temos a pretensão de trazer profundas análises, e sim apresentar uma breve revisão bibliográfica e discorrer sobre o campo e a atuação dos sujeitos participantes do presente estudo. Portanto, o texto foi organizado em três tópicos, além das considerações finais. Inicialmente apresentaremos algumas informações preliminares sobre os participantes na pesquisa e o contexto institucional onde estão inseridos; no tópico seguinte, discutiremos as implicações que o imaginário institucional e social sobre a condição de “índios misturados”, diretamente relacionado a “perda” da identidade étnica, tem incidido sobre os estudantes indígenas; e por fim apresentaremos algumas ações evidenciando os protagonismos desses estudantes em respostas às provocações e questionamentos sobre suas existências como indígenas na atualidade.

OS ATORES E CONTEXTOS: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE QUEM SÃO E ONDE ESTÃO

Pernambuco é uma unidade federativa localizada na Região Nordeste do Brasil, onde de acordo com o relatório do último Censo demográfico do IBGE, intitulado “Características Gerais dos indígenas” (2010, p. 169), destacou-se por apresentar a maior população indígena

na Região, sendo contabilizados 60.995 indígenas. No âmbito nacional Pernambuco ocupava a terceira posição nos índices populacionais indígenas, abaixo do estado do Amazonas com 183.514 e Mato Grosso do Sul com 77.025 indígenas. Atualmente estima-se um quantitativo ainda maior, uma vez que conta-se com mais um povo auto declarado, os Tuxi, reivindicando o reconhecimento oficial, assim somando-se o total de 14 povos indígenas: Atikum; Fulni-ô; Kambiwá; Kapinawá; Pankará; Pankaiwká; Pankararu; Entre Serras Pankararu; Pipipã; Truká; Tuxá; Tuxi; Xukuru de Cimbres; Xukuru do Ororubá.

No que se refere às condições dos/as estudantes indígenas na Educação Superior em Pernambuco são diversas as faces. Dentre essas existem diferenças de gênero e orientações sexuais; indígenas nascidos em contextos urbanos; aqueles/as que se encontram nos grandes centros urbanos transitoriamente em períodos de aulas; os/as imigrantes advindos/as de outros estados ou regiões do país somente para estudar; muitos/as habitando nos territórios e deslocando-se diariamente ou mensalmente até às instituições onde estudam; os/as que fazem cursos de Educação a Distância (EAD). Todos/as constituindo um universo bastante amplo e complexo resultante da presença de indígenas nas instituições de Educação Superior, seja nos cursos de graduações ou em pós-graduações.

Aqueles/as estudantes nascidos em contextos urbanos, são filhos ou netos de gerações anteriores que migraram para as cidades mais próximas dos territórios habitados pelos indígenas, ou para os grandes centros urbanos. Gerações expulsas dos territórios, perseguidas por invasores, ou que buscaram melhores condições de vida nas cidades (SILVA, 2008; BEZERRA, 2012). Nesse sentido, são inúmeros e diversos os relatos e motivações alegadas. Muitos dos/as jovens/as herdeiros dessas memórias, quando ingressam na universidade e encontram contextos favoráveis para a afirmação étnica não hesitam em se autodeclararem indígenas. Com isso, as vezes se deparam com questionamentos acerca da legitimidade da identidade étnica. Geralmente esses questionamentos surgem por parte de colegas e professores/as desinformados/as sobre as atuais sociodiversidades indígenas no Brasil.

Dificuldades também vivenciadas pelos/as indígenas nos contextos urbanos em situações transitórias, durante os períodos de aulas, quando são imigrantes de outros estados e regiões do país, ou advindos/as do interior de Pernambuco. Entretanto, para além da ignorância e desinformação de professores/as e colegas de cursos sobre os povos indígenas no Brasil, em geral, esses/as indígenas afirmam enfrentarem fragilidades materiais, emocionais e espirituais. Pois, muitas vezes encontram-se solitários, distantes do território, da família, das lideranças

espirituais do seus povos, com poucos recursos financeiros e péssimas condições de moradias e segurança, somando-se aos *stress* do cotidiano nas grandes cidades.

Uma situação de mais breve transição em um grande centro urbano é aquela dos/as indígenas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Por este curso ser especificamente destinado à formação de professores/as indígenas, agregam grupos de estudantes, a maioria conhecidos entre si, as vezes do mesmo povo ou que se conhecem do próprio movimento de professores/as indígenas. São relações que contribuem no processo de fortalecimento identitário e segurança emocional e material. Considerando que o curso ocorre em módulos com encontros mensais durando uma semana, e geralmente esses/as estudantes indígenas compartilham alojamentos, se ajudam mutuamente. Alguns/mas trazem as crianças e companheiros/as, além de sentirem-se motivadas/os para praticarem as expressões socioculturais nos espaços acadêmicos, uma vez estando em grupos.

Outra situação também favorável ocorre para os/as estudantes indígenas habitantes nos territórios e são discentes em pequenas instituições privadas de ensino, ou foram favorecidos pela expansão universitária, com a implantação de Cursos de Graduação nos Institutos Federais, ou fazem Educação a Distância. Possivelmente, contando com maior segurança emocional e física, quando as dificuldades de deslocamentos do território até as instituições onde estudam as vezes são menores e amenizadas pela certeza do retorno diário para o aconchego do lar e familiares. Estes/as indígenas, em certa medida, estão em condições emocionais e materiais mais favoráveis do que aqueles/as imigrantes provisoriamente para os grandes centros urbanos.

Somando-se à complexidade contextual dos indivíduos e coletividades indígenas e das situações adversas envolvendo a busca pela formação na Educação Superior, existe ainda a diversidade de cursos presenciais e a distância onde estão matriculados, inclusive nas pós-graduações (Mestrados e Doutorados). Tratando-se dos Cursos de Graduações, desde a Licenciatura Intercultural Indígena às demais Licenciaturas, também procuram pelos cursos nas áreas do Direito, Saúde, Agronomia, Veterinária, Cinema, Artes Visuais, Jornalismo, Tecnologia em Alimentos, Sistema de Internet, dentre outros. Seguido da complexidade das categorias de instituições com esse nível educacional. Dentre essas estão as instituições públicas e também as instituições privadas, como apresentado no Quadro 01:

INSTITUIÇÕES	BRASIL	NORDESTE	PERNAMBUCO
Resultado parcial	57.706	21.583	5.561
PÚBLICAS	15.450	4.358	828
Federais	11.619	3.034	566
Estaduais	3.552	1.142	81
Municipais	729	182	181
PRIVADAS	42.256	17.225	4.733

Quadro 01 – Indígenas matriculados em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em 2018. Fonte: Censo da Educação Superior de 2018 (MEC/INEP/DEED).

As informações no referido quadro, indicaram alguns caminhos para a delimitação do campo a ser pesquisado. Mediante o alto número de indígenas matriculados nas instituições privadas não pareceu indicado um estudo qualitativo com estes sujeitos, somando-se a variedade de instituições nessa categoria situada em várias regiões em Pernambuco. Além disso, quando realizamos o contato com estudantes indígenas de ambas as categorias das instituições de ensino, percebemos que a exceção do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, são nos Cursos de Graduação nos Institutos Federais de Educação situados na região do interior do estado onde os/as estudantes indígenas têm maior inserção coletiva e atuação política.

Todavia, no momento não é possível presumir os números exatos ou aproximados sobre as matrículas desse público estudantil nos Institutos Federais em Pernambuco como um todo, quando apenas o IF-Sertão apresenta um sistema público de informações onde é possível encontrar esses dados, os quais, somados os sete *Campi* foram contabilizado 175 indígenas matriculados no 2º semestre de 2019. Entretanto, o IFPE não dispõe dessas informações, o que de certa forma evidencia o descaso em relação a publicização sobre a presença desse público estudantil nessas instituições. Esperamos que ao término da pandemia do COVID e liberação do acesso presencial nessa instituição possamos levantar esses dados. Por ora contamos com as informações adquiridas por meio do contato com estudantes indígenas atuantes na Comissão de políticas inclusivas no IFPE Campus Pesqueira, onde estimava-se um total de 106 indígenas. Sabendo-se que no ano em curso houve o ingresso de mais indivíduos nos Cursos de Graduações.

Nesse sentido, nosso universo empírico inicialmente se configurou a partir da presença e atuação dos/as estudantes indígenas nessas instituições. Com ênfase na atuação política dentro

e fora dessas. Por ora, considerando as ações individuais e coletivas desses/as atores sociais, o “protagonismo” como uma categoria teórica necessária para refletirmos acerca da atuação indígena na Educação Superior. Também considerando a existência de uma ação coletiva como discutida por Melucci (2001), compreendemos que os significados da Educação Superior para os estudantes indígenas são diversos, porém observaremos as características básicas que constituem essa ação, como: solidariedade específica; manifestação de conflito; ruptura dos limites de compatibilidade do sistema no qual a ação ocorre, visibilizando o protagonismo indígena coletivo, sobretudo demarcando fronteiras e identidades.

“ÍNDIOS MISTURADOS”? UM PROBLEMA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM PERNAMBUCO

Na Universidade Federal de Pernambuco-Campus Acadêmico do Agreste/Caruaru ocorreu o Curso de Licenciatura Intercultural Indígenas pelo PROLIND/MEC, (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas/Ministério de Educação), formou duas turmas frequentadas cada uma por mais de 120 indígenas das várias etnias habitantes no estado de Pernambuco. Este curso também é em grande parte a expressão dos protagonismos indígenas na figura da COPIPE (Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco), responsável pelas intensas mobilizações e reivindicações em prol de uma educação escolar intercultural, específica e diferenciada com e para os povos indígenas, vendo na formação acadêmica específica e qualificada uma das possibilidades para efetivar tal projeto (ALMEIDA, 2017). Assim, comemorando a formatura da segunda turma em 2018. Vivenciamos a rica oportunidade de participar das solenidades de formatura das duas turmas e de outros eventos promovidos no Curso, por vezes na condição de observadora, ou como palestrante.

Quando iniciou a primeira turma presenciei situações onde professores/as e estudantes não indígenas de outros cursos que se mostravam surpresos/as com a presença daquelas expressões socioculturais diferenciadas na Universidade. A expressão de surpresa era tão visível, pois parecia terem se deparado com “extra terrestres” descendo de “naves espaciais” surgidos do nada: alguns/mas indígenas empunhando maracas, usando cocares ou barretinas como se fossem coroas quão orgulhosos/as pareciam em afirmarem a identidade étnica, frente a uma instituição e pessoas não indígenas. A surpresa em muito evidenciava a ignorância acerca do lugar dos índios na História do Brasil e em Pernambuco.

Sendo importante chamar a atenção para, por essas/es professoras/es indígenas estarem juntos, como um coletivo num Curso específico para formação de indígenas, supostamente tornando-se menos difícil enfrentar os preconceitos e as discriminações ainda existentes nas instituições que oferecem os cursos da Educação Superior. Enquanto, para os indígenas em outras Instituições ou até mesmo naquela, porém em cursos diversos, sozinhos, sem a coragem de usar aqueles artefatos materiais ou manifestar ideias identificando as origens étnicas, por receio de serem discriminados e desrespeitados. Na maioria das vezes são imperceptíveis pelas instituições, diante dos/as professores/as e colegas de turma. Ou quando ousam afirmarem que são indígenas, têm as identidades questionadas pelo fenótipo que não corresponde aos índios idealizados com cabelos lisos, olhos puxados, dentre outros aspectos assemelhados aos indígenas amazônicos ou habitantes no Xingu.

Retomando a provocação do título desse tópico, perguntamos: como as narrativas sobre a miscigenação, uma condição primeira para negar a identidade indígena tem se constituído um problema nas Instituições de Educação Superior em Pernambuco? *A priori*, pensamos que não se trata de um problema apenas em Pernambuco, mas, em outros estados e regiões no Brasil. Entretanto, como o presente estudo é sobre os/as indígenas nas instituições neste estado, nos limitaremos a este. Embora o descrédito sobre a existência de indígenas nos estados do Nordeste na contemporaneidade tenha perdurado até os anos 1980, sobe a alegação de serem mestiços, atualmente, as populações indígenas têm se constituído como problemas de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento. E ao passo que a presença desses sujeitos nas universidades como acadêmicos e intelectuais tem se intensificado, também tem tensionado e provocado reflexões. Portanto, a partir dos recorrentes relatos de estudantes indígenas sobre situações de questionamentos às suas identidades étnicas, se caracterizando como situações bastantes constrangedoras e incômodas, se faz necessário refletir acerca dos conhecimentos produzidos nas universidades sobre os povos indígenas nesta região.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira na obra “O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades”, escreveu: “(...) é importante que façamos um esforço de crítica de algumas categorias e esquemas analíticos que são aplicados em geral para compreender a presença indígena no Brasil atual” (2016, p. 46). Nessa perspectiva, o referido autor chamou a atenção para a necessidade de revermos as interpretações da História do Brasil baseadas em categorias coloniais que não servem para as análises científicas sobre os povos indígenas contemporâneos. Como também se faz necessário

superarmos alguns paradigmas científicos, dentre esses o evolucionismo. A história pautada pelo paradigma evolucionista se baseia na ideia das sucessões de ciclos econômicos em momentos de apogeu na sociedade brasileira, sejam os ciclos: “o pau-brasil, o açúcar, o couro, as drogas do sertão, os minérios preciosos, o café a borracha, a industrialização”. Onde o lugar dos indígenas nas narrativas evolucionista são sempre anterior ao Brasil. Ou seja, os povos indígenas estavam no nascimento do Brasil, posterior a isso todos os seus feitos são invisibilizados nessa perspectiva histórica (OLIVEIRA, 2016, p. 47). O evolucionismo fundamentou a escrita da História do país por ocasião do processo da criação e de consolidação do Estado Nação iniciado no século XIX, quando a figura do indígena foi eleita como símbolo nacional. Todavia, tratavam-se de imagens e narrativas que remetiam às expressões socioculturais do período anterior à colonização portuguesa!

De acordo com o referido autor, outro aspecto a ser observado nessa perspectiva histórica é o uso recorrente de categorias analíticas antagônicas, não abarcando a complexidade dos processos de interações e alianças entre sujeitos e diferentes grupos étnicos e socioculturais, no decorrer dos períodos pré-coloniais, coloniais, imperial e republicano. A exemplo de: “índios mansos” versus “índios bárbaros”; “índios puros” versus “índios misturados”, categorias que essencializam “o ser indígena”, cristalizando-o por meio de estereótipos, conformando-os aos determinados interesses econômicos e políticos de cada época. Quando por vezes exaltando as imagens e narrativas sobre os indígenas, por outras invisibilizando as diferentes formas de protagonismos.

Observou também o citado autor que a influência de tais teorias na produção do conhecimento científico se refletiram nos poucos interesses da etnologia brasileira pelos povos indígenas no Nordeste até final dos anos 1990, quando ainda eram escassos os estudos evidenciando as questões relacionadas a estes povos ainda naquele período. Considerados mestiçados e integrados à sociedade nacional, sem aparente distinção sociocultural, os povos indígenas no Nordeste não eram tema de interesse da Antropologia. Como também, até os anos 1980 passava ao largo das políticas indigenistas destinadas a demarcação/proteção das terras indígenas, ao contrário da Amazônia habitada pelos chamados “índios isolados” considerados “índios puros”. Enquanto naquela região os órgãos indigenistas preocupavam-se com a proteção das terras indígenas, no Nordeste, grande parte dos povos indígenas não eram sequer reconhecidos como grupos étnicos.

O desafio maior para os órgãos indigenistas como o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e posteriormente a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) era justificar a presença desses grupos nesta Região, restituindo o direito à terra, uma vez que as narrativas históricas nos documentos oficiais e na produção etnológica, pautavam-se na perspectiva da “mistura”, da “falta” e das “perdas culturais” e assim, afirmando não existir mais índios no Nordeste. Ressaltando que a “mistura” não se constituiu unicamente no campo da ideologia colonial como evidenciado na história oficial, mas que em diversos momentos foram empreendidas manobras administrativas resultando na miscigenação intencional. Contudo, o que essa história não evidenciava era os protagonismos indígenas nesses processos, nem como a categoria “índios misturados” era acionada pelos próprios indígenas a partir dos seus interesses (OLIVEIRA, 2016).

Para o autor, os debates sobre os povos indígenas contemporâneos no Nordeste no âmbito acadêmico são relativamente recentes. Sendo provocados pelas mobilizações políticas desses povos. A desnaturalização da ideia da “mistura” e da expressão “índios misturados” como justificativa para a suposta extinção dos índios no Nordeste é resultado dessas mobilizações iniciadas nas primeiras décadas do século XX, quando os indígenas ainda com a posse de pequenos trechos de terra acionavam pontualmente órgãos do governo, mais intensamente na década de 1980, mediante os constantes conflitos fundiários com grandes fazendeiros invasores nas terras reivindicadas pelos indígenas. Estes conquistaram visibilidades, e assim chamando a atenção tanto dos órgãos indigenistas, quanto dos antropólogos e historiadores para a necessidade de compreender aquele fenômeno paradoxal exigindo uma reflexão para além da descrição da situação de pobreza ou da folclorização, como era comum a abordagem na literatura contemporânea.

Um paradoxo evidenciado pelos indígenas no Nordeste em pleno século XX ao reivindicarem uma identidade étnica, quando a partir de meados do Século XIX os aldeamentos foram oficialmente decretados extintos e os índios considerados “desaparecidos” pela história estatal e pela etnologia brasileira. Como explicar tal fenômeno? Nesse sentido, o pesquisador chamou a atenção para a necessidade de uma reflexão não somente sobre as relações de poder que perpassam a construção do aparato político administrativo colonial, utilizando das estratégias da miscigenação, mas, sobretudo rever os paradigmas antropológicos (as teorias evolucionistas norte-americanas e a etnologia francesa) e os modelos analíticos que orientam a etnologia brasileira e limitam a compreensão desse fenômeno (OLIVEIRA, 2016, p. 194).

Sendo necessário mobilizar outros aportes teóricos que possibilitem compreender o conceito de etnicidade para além dos aspectos culturais. No caso dos índios no Nordeste, devendo ser consideradas as formas de organizações sociais, os vínculos com os espaços territoriais onde habitam (uma vez que grande parte tem conexões com os processos de aldeamentos missionários coloniais), e quando não for possível estabelecer esses vínculos, a organização ocorre por meio da unidade religiosa, remetendo aos antepassados como entidades espirituais que regem a vida do grupo no presente; pelos processos migratórios devido à dispersão em razão da expropriação das terras habitadas; dentre outras situações evidenciando uma unidade social distinta da sociedade local (OLIVEIRA, 2016, p. 211).

Portanto, compreendemos que a expressão “índios misturados” como forma de deslegitimar ou minimizar a identidade étnica dos índios no Nordeste, desde o final da década de 1980 deveria ser superada, não servindo como parâmetro para os órgãos indigenistas nem para a etnologia brasileira, ou para o Estado. Todavia, no senso comum, nas sociedades locais, onde habitam os povos indígenas no Nordeste, ainda perdura o discurso sobre a ilegitimidade das identidades indígenas. Esse discurso tem ressonância nos diversos espaços públicos e privados na sociedade e não seria diferente nas instituições de Educação Superior locais, sobretudo, ocorrendo nos cursos não específicos para indígenas, *locus* de relações e tensões entre os estudantes indígenas e os filhos ou netos dos latifundiários durante muito tempo invasores e de posse dos territórios indígenas.

A título de exemplo, existem relatos de situações de preconceitos e discriminações, desde as relações entre estudantes indígenas e os não indígenas e algumas/uns professores/as. Recorrentemente os estudantes indígenas se deparam com questionamentos baseados em estereótipos, na cor da pele e dos olhos, a textura dos cabelos e forma de se vestirem, o uso das novas tecnologias, dentre outros aspectos. Nessa perspectiva de questionamentos à identidade étnica, somam-se às atribuições de valores morais e contestações às políticas afirmativas de ingresso e permanência dos indígenas na Educação Superior. Todavia, frente estas situações, a mobilização dos estudantes indígenas é parte das muitas ações do Movimento indígena mais amplo atuante em diversos setores da sociedade nacional ocupando espaços decisórios. No caso dos estudantes indígenas ocorre por meio da atuação política em setores representativos dentro e fora das instituições educacionais.

OS PROTAGONISMOS INDÍGENAS COMO RESPOSTAS

O “protagonismo indígena” na História do Brasil é um debate relativamente recente. Discussão pautada na sociedade brasileira e nos espaços acadêmicos nos últimos 40 anos, com relevo e visibilidade a partir de novas abordagens historiográfica e antropológica sobre o tema. Como mencionado no tópico anterior, pesquisadores/as não indígenas no campo das Ciências Humanas e Sociais foram impulsionados pelas mobilizações indígenas ocorridas mais intensamente a partir dos anos 1980 a empreenderem estudos no sentido de revisar e reescrever a História do Brasil, rediscutindo sobre o lugar e as atuações dos povos indígenas nos processos históricos em nosso país.

Nesse sentido, deve-se muito ao John Monteiro, professor e pesquisador na UNICAMP, empreendendo esforços não somente em pesquisas, mas orientando inúmeras teses de doutorado na área de História e também Antropologia, formando gerações de pesquisadores/as. Dentre tantos/as, citamos alguns/mas desses/as pesquisadores com contribuições bastantes significativas nos estudos sobre os índios no Brasil e no Nordeste, a exemplo da Maria Regina Celestino de Almeida/UFF orientada pelo John Monteiro nos estudos de doutoramento resultando no livro “Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro” publicado em 2ª edição (2013), evidenciando o protagonismo indígena naquele período e contexto histórico. A autora tornou-se um dos expoentes evidenciando os protagonismos indígenas no campo da História e vem formando outros/as pesquisadores/as nos estudos sobre os índios no Nordeste, a exemplo de Mariana Albuquerque Dantas/UFRPE e do Lúcio José de Oliveira Maia/UFRN, professores/as e pesquisadores/as, orientando pesquisas nessa mesma perspectiva. Ainda nessa área, Edson H. Silva (Edson Silva)/UFPE, também com o Doutorado orientado pelo John Monteiro, realizou uma abordagem contemporânea sobre os protagonismos dos indígenas Xukuru do Ororubá resultando no livro “Xukuru: memórias e História dos índios da serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988”, 2ª edição (2017).

No campo da Antropologia o reconhecidíssimo antropólogo João Pacheco de Oliveira, professor no Museu Nacional/UFRJ, tem contribuído significativamente com os estudos sobre os protagonismos indígenas no Brasil, especificamente no Nordeste. Mais recentemente no livro mencionado na seção anterior, apresentou um conjunto de reflexões de décadas de estudos que realizou. Também tem formado gerações de antropólogos/as, sobretudo orientando estudos de doutoramentos sobre indígenas no Nordeste, a exemplo das teses de Mércia Rejane Rangel

Batista (sobre o povo Truká/PE, 2005) e José Maurício Andion Arruti (sobre os Pankararu no Sertão do São Francisco, 2002); outra frente de atuação do João Pacheco tem sido na formação de indígenas na Pós-Graduação. Indígenas duplamente protagonistas na condição de atores e narradores da própria existência e história dos povos indígenas no Brasil. A exemplo de Tonico Benites Guarani-Kaiowá (pesquisando as mobilizações dos Ava Kaiowá e Ava Guarani pela garantia do direito ao território, 2014). E atualmente outros indígenas encontram-se sobre a orientação do João Pacheco.

É importante mencionar dois estudos de grande relevância por tratar sobre as ações coletivas na contemporaneidade, articulando organizações políticas representativas a níveis local e regional. O estudo de doutoramento de Kelly E. Oliveira realizado no PPGA-UFPE, publicado no livro “Diga ao povo que avance!: movimento indígena no Nordeste” (2013); e a pesquisa de doutoramento de Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza realizado no PPGS-UFPE, intitulada “Desenvolvimento e Associativismo Indígena no Nordeste Brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural” (2003). O primeiro evidenciou o processo de organizações políticas dos povos indígenas no Nordeste em articulação com povos de outras regiões, institucionalizando a APOINME (Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santos); o segundo, desconstruiu a ideia sobre os povos indígenas como sinônimo de atraso, evidenciando as estratégias de organizações políticas, criação de associações, elaborações de projetos e acessos a editais disponíveis na perspectiva do chamado etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais.

Além dos/as pesquisadores/as e estudos mencionados e as instituições citados/as, outras instituições de pesquisas desenvolveram e publicaram estudos³ que somam contribuições não menos importantes nas últimas quatro décadas, constituindo um significativo arcabouço teórico fundamentando as explicações sobre a participação indígena como atores importantes na História do Brasil, em vários períodos. Todavia, não cabendo nos limites desse texto discorrermos sobre todos esses argumentos. Portanto, pontuamos alguns com relações mais direta com o nosso tema de estudo. Nesse sentido é muito importante citar o protagonismo do Antropólogo Gersem J. dos Santos Luciano Baniwa, como intelectual orgânico no âmbito do movimento indígena e da Educação Escolar Indígena e também na Educação Superior para

³A coleção “Índios do Nordeste: temas e problemas”, com vários volumes publicados desde 1999 pela EDUFAL, apresenta relevante pesquisas sobre os índios em Alagoas, como também textos de autores que estudaram os indígenas no Nordeste. Contudo, se faz necessário uma revisão e atualização das discussões contempladas nas coletâneas dessa coleção, à luz dos debates nas últimas décadas a respeito dos povos indígenas no Nordeste (SILVA, 2015).

indígenas. Sua Tese de Doutorado em Antropologia na UNB, foi publicada como livro intitulado “Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro” (2013). Este estudo, embora pareça tratar sobre a Educação Escolar Indígena localizada, possibilita visualizarmos os caminhos para a Educação Escolar Indígena no âmbito das políticas no Brasil.

Em uma obra mais recente do referido pesquisador indígena, o livro “Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos”, o autor dedicou um capítulo sobre os/as indígenas na Educação Superior. Embora quando tratou sobre Educação Escolar Indígena nos demais capítulos não deixou de mencionar a necessidade de formação inicial e continuada para os/as professores/as. E ressaltando que o projeto de autonomia também no âmbito educacional é uma das demandas para os povos indígenas buscarem a formação na Educação Superior. Sendo o acesso “(...) apenas o início de um longo e complexo desafios”, a ser enfrentado (LUCIANO, 2019, p. 186).

Nesse sentido chamou atenção para a necessidade das Instituições de Educação Superior reconhecerem os povos indígenas nas suas especificidades e os direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, não só relacionados aos bens materiais, mas, epistemológicos e cosmológicos demandando formas diferenciadas de apreensão e produção de conhecimentos. Enfatizou a importância das políticas afirmativas para o acesso e permanência dos/as indígenas tanto na graduação quanto na pós-graduação, dentre as quais a política de cotas, reservas de vagas, seleções específicas, bolsas permanências para os estudantes na graduação, bolsas de estudos na pós-graduação. A própria trajetória de vida do Gersem Baniwa evidencia essas políticas resultantes dos protagonismos indígenas, somando-se aos contextos políticos favoráveis às negociações e avanços.

Em estudos de outros pesquisadores, observamos que os protagonismos indígenas no Brasil por meio das mobilizações pelo acesso e permanência na Educação Superior, situam-se no âmbito da necessidade local de reconhecimento e respeito a diversidade étnica, como também num universo nacional e transnacional, inseridos em um movimento abrangendo vários países na América Latina. Uma vez que, nas últimas décadas aumentou a procura para esse nível de formação por parte dos povos indígenas (MATO, 2015; 2016). No Brasil constatou-se ações coletivas e organizadas pelos povos indígenas, reivindicando esse nível de formação não somente para a atuação na Educação Escolar Indígena, mas, também para as diversas áreas de

conhecimentos como forma de contribuição social à coletividade indígena (LIMA E BARROSO, 2013; LIMA; 2016).

Sobre os povos indígenas em Pernambuco, como visto no tópico anterior, observamos a busca no campo da formação de professores/as e em outras áreas. Entre os estudantes que pesquisamos foi visível o compromisso com o coletivo, como também observado uma reciprocidade. Quando ao mesmo tempo esses estudantes participam do movimento indígena mais amplo, as lideranças os apoiam e destacam a importância da formação acadêmica para o bem comum. Assim, chamando-os ao compromisso social com o coletivo.

Nessa perspectiva, os estudantes indígenas têm empreendido estratégias políticas de enfrentamento as dificuldades nas Instituições de Educação Superior onde estudam, a exemplo de: apoiarem aqueles/as que afirmam a identidade étnica; levarem as lideranças políticas e religiosas para proferirem palestras e rodas de diálogos em eventos realizados nas Instituições onde estudam; garantir lugar e participação nas organizações estudantis (diretórios acadêmicos); manter vigilância permanente ao cumprimento dos direitos junto aos órgãos gestores das referidas instituições; garantirem a representação na organização do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas nas edições VI e VII; no ano de 2018 mantiveram-se atuantes nas mobilizações nos territórios e em Brasília, pela manutenção da bolsa permanência do Ministério da Educação/MEC; participaram da articulação do I Seminário de Estudantes Indígenas no Nordeste (SEMEIN), realizado no mês de setembro de 2019 no Território Potiguara/PB.

A participação nas mobilizações de estudantes indígenas de todo o país em Brasília/DF contra a ameaça de suspensão das bolsas permanência em 2018, constituiu-se numa ação bastante significativa, sendo narrada pelos estudantes em Pernambuco que participaram com muito sucesso. Quatro estudantes indígenas viajaram de Pernambuco para encontrar colegas das diversas etnias habitantes em todas as regiões do país, participaram de atos públicos, passeatas e interdições das ruas, agendando audiências e entrega de documentos no Congresso Nacional, resultando no recuo do Governo Federal em relação às ameaças de suspensão da bolsa permanência.

Esta foi uma das ações pontuais e necessária motivada por uma situação de emergência. Mas, no cotidiano os estudantes indígenas tem se organizado a partir de várias estratégias, algumas no sentido de garantir a participação em eventos promovidos especificamente pelos povos indígenas, a exemplo do Encontro de Juventude Indígena em Pernambuco, organizado

pela Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco-COJIPE; enquanto outra estratégia tem sido articular-se com os movimentos sociais de juventude, a exemplo de estudantes Xukuru do Ororubá que promoveram o VII acampamento de Juventude, reunindo jovens desse povo com jovens dos Movimento das Comunidades Populares/MCP e também da União da Juventude Popular/UJP.

Este evento foi sediado no Território Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE), entre os dias 07 à 09 de dezembro de 2018, programado com atividades de socialização de expressões socioculturais dos diferentes grupos presentes, assim, constituindo vivências interculturais igualitárias. Também foi ponto de pauta a análise de conjuntura; rodas de diálogos com lideranças indígenas daquela etnia com ampla experiência no Movimento Indígena, as quais se pronunciaram sobre a importância da juventude está frequentando as universidades na expectativa de contribuir com o bem-estar dos povos indígenas. Esse posicionamento das lideranças tem sido um chamado para esses estudantes assumirem responsabilidades sociais com a coletividade.

Sobre à organização do I Seminário de Estudantes Indígenas no Nordeste, com exceção da segunda reunião, as demais ocorreram no Território Potiguara/PB. Todavia, foi observado a participação virtual de indígenas de várias etnias e pesquisadores/as. Enquanto ações presenciais, observamos a participação de estudantes: potiguaras em maior parte uma vez sendo os anfitriões, uma Patoxó Hã Hã Hãe estudante na Universidade Federal do Recôncavo Baiano e uma Tuxá da Bahia na UFBA/Salvador, uma Xukuru do Ororubá na UFPB, os demais eram estudantes em instituições pública em Pernambuco, dentre esses/as um Kariri-Xokó estudante na UPE Campos Recife, um Nawa (Acre) e uma Pankararu discentes na UFPE; uma Xukuru do Ororubá aluna no Instituto Federal de Educação de Pernambuco/IFPE – Campus Pesqueira. Com exceção dos anfitriões e da Xukuru do Ororubá estudante na UFPB, todos/as se deslocavam grandes distâncias de onde habitam para o local das reuniões.

Ressaltamos a participação da estudante Xukuru do Ororubá estudante no IFPE Campus Pesqueira, realizando um percurso de aproximadamente 400km entre Pesqueira/PE e o Território Potiguara na Baía da Traição/PB, para participar das reuniões. Sua atuação na organização do evento foi decisiva para motivar a participação dos demais estudantes indígenas do IFPE e também garantiu a presença da Reitora Anália Keila Rodrigues na mesa de abertura do evento. Além de propor a próxima edição do evento no Território Xukuru do Ororubá, sendo aprovada em assembleia. Como desdobramento da sua participação naquele evento, foi

indicada para representar os estudantes indígenas no Nordeste no VII Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, onde foi eleita para participar da comissão de organização da 9ª edição na expectativa para ocorrer no Recife/PE.

Dentre outras atuações desta mesma estudante indígena, junto à outros da mesma etnia, ocorreu a participação na organização de eventos promovidos pela instituição onde estudava, a exemplo do encontro das comunidades tradicionais, como parte do V Seminário de Inclusão, realizado nos dias 26 à 28 de setembro de 2018, no IFPE-Campus Pesqueira. A programação em grande parte foi destinada à participação indígena, com mesas-redondas composta por pesquisadores/as sobre os povos indígenas, estudantes indígenas e lideranças; apresentações de comunicações orais; rituais; vendas de artefatos artísticos produzidos por indígenas; e mais a segunda reunião de organização do I Seminário dos Estudantes Indígenas no Nordeste.

Como desdobramento da atual presença dos estudantes Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres no IFPE – Campus Pesqueira, esta instituição organizou junto ao povo Xukuru do Ororubá o II Seminário de Agroecologia ocorrido nos dias 05 à 07 do mês de junho de 2019. Realizado no Território Xukuru do Ororubá, na Casa das Sementes. Certamente, a escolha do local foi bastante simbólica, uma vez que o território indígena é parte do espaço rural do município de Pesqueira. E com o mais alto índice de estudantes vinculados àquela instituição, no nível técnico, e especificamente nas graduações como mencionado anteriormente. Com uma representatividade política expressiva permanente dentro e fora do IFPE. Como informou Jaqueline Cordeiro Lopes, indígena Xukuru do Ororubá, Bacharel em Enfermagem pelo Instituto Federal de Educação de Pernambuco – Campus Pesqueira; ex-membro da Comissão de acompanhamento das bolsas de 2016 à 2018; ex-membro da Diretoria Especial de Povos Tradicionais, criada no Diretório Central dos Estudantes, e ex-Presidenta do Diretório Acadêmico do Curso de Enfermagem.

Quando trata-se dos protagonismos dos estudantes indígenas nos Institutos Federais em Pernambuco é notável as diferentes frentes onde atuam. Percebemos que estão atuando como representantes de turmas; como presidentes dos Diretórios Acadêmicos dos Cursos onde estão matriculados e no Diretório Central dos Estudantes; e até mesmo no Conselho Superior do Instituto Federal; na produção de Trabalhos de Conclusão de Curso visibilizando temas específicos dos seus povos. A partir de diálogos com esses estudantes, compreendemos que essas atuações iniciaram pela necessidade de serem reconhecidos e respeitados nas suas especificidades étnicas, considerando que alguns não tinham coragem de se afirmarem

indígenas diante dos colegas e professores/as não indígenas, por receio de serem discriminados ao não apresentarem o fenótipo indígena comumente exigido pela sociedade local.

Observamos também que as ações políticas dos estudantes indígenas nos Campus Pesqueira do IFPE e nos Campus do IFPE/Sertão em respostas ao não reconhecimento da diversidade étnica dos povos indígenas, são legados da formação desses/as estudantes no Movimento Indígena e nas escolas indígenas onde estudaram. Se por um lado permanecem inseridos em movimentos amplo como o da juventude indígena em Pernambuco, com as demandas relacionadas às vivências no Ensino Superior, por outro lado, na busca por uma formação acadêmica e humana de qualidade procuram se articular com os movimentos de estudantes indígenas no âmbito regional e nacional. São lições de aprendizados também nas escolas indígenas, pois, quando as professoras participam de mobilizações, mobilizam toda a comunidade escolar. Observamos esta dinâmica política ainda na Educação Básica e assim quando esses/as jovens chegam na Educação Superior não hesitam em reivindicar o exercício da cidadania plena. Atitude aproximada do que Gersem Baniwa (LUCIANO, 2013) chamou de “Educação para manejo do mundo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto discutimos sobre os protagonismos indígenas na Educação Superior em Pernambuco, como respostas à invisibilidade da diversidade étnica nesse Estado, devido a naturalização da falsa ideia sobre a extinção indígena, pela mistura genética e a integração à sociedade local. Como consta em documentos oficiais ainda no período colonial, com ressonância na literatura e na produção de alguns pesquisadores no século XX. Todavia, observamos que os protagonismos indígenas, as mobilizações políticas ao longo da História do Brasil e na contemporaneidade, questionaram a narrativa histórica estatal, provocando a reescrita da História. Ora empreendida pelos/as pesquisadores/as não indígenas e mais recentemente pelos intelectuais indígenas como atores, narradores e autores das próprias histórias.

Sobre a categoria “índios misturados” em comparação aos supostos “índios puros”, não somente a teoria demonstrou ser inapropriadas o uso dessas ideias na literatura acadêmica sobre os povos indígenas atuais sem a devida crítica, como também o campo empírico, pois na prática são categorias contestadas e combatidas cotidianamente pelos indígenas em Pernambuco nas

relações com a sociedade local, quando têm a identidade étnica questionada por não corresponderem ao fenótipo e as expressões socioculturais eleitas como o estereótipo indígena que inspirou a identidade nacional a partir do final do século XIX.

Por fim, observamos que os estudantes indígenas participantes no presente estudo inseridos nos espaços acadêmico, frequentando os cursos não específicos para indígenas, quando tiveram questionada a identidade étnica responderam com a reafirmação dessa identidade e reivindicação do reconhecimento e respeito as suas especificidades. E diante da necessidade de atuarem em frentes de representatividade políticas nas instituições onde estudam, passaram a valorizar mais as origens buscando o apoio das lideranças e afirmando os desejos de se tornarem profissionais a serviço das causas indígenas, seja nos seus territórios, seja nos diálogos com a sociedade não indígena. Não desanimam, mesmo mediante a atual conjuntura política nacional desfavorável para os povos indígenas. Portanto, as palavras norteadoras são: organização, resistência e participação política.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorim. 2017. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de educação intercultural da UFPE/CAA - Curso de Licenciatura Intercultural**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2013. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

BEZERRA, Edmundo Monte. 2012. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e História 1950-1990**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26/11/2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Características gerais dos indígenas. In: IBGE, **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. 2013. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. (Orgs.). **Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008**. Rio de Janeiro, E-papers, 2013, p.45-78. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em 20/10/2015.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. A educação superior de indígenas no Brasil: notas para balanços e possíveis perspectivas, à guisa de uma introdução. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. (Org.). 2016. **A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro, E-papers, 2016. <http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>. Acesso em 10 jun./2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos (Baniwa). 2006. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Secad; Laced.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. 2013. **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. 2019. **Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced.

MATO, Daniel; et. al. (Org.). 2015. **Educación Superior y pueblos indígenas en América Latina: contextos y experiencias**. México: Ed. Universidad Nacional de Tres de Febrero, Sáenz Peña.

MATO, Daniel; et. al. (Org.). 2016. **Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos**. México: Universidad Nacional de Tres de Febrero; DF: Universidad Nacional Autónoma de México.

MELUCCI, Alberto. 2001. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2016. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. 2013. **Diga ao povo que avance!:** movimento indígena no Nordeste. Recife: Fundaj.

SILVA, Edson. 2017. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2ª ed. Recife: EDUFPE.

SILVA, Edson. 2015. **Os índios no Nordeste e as pesquisas históricas: as influências do pensamento de John Monteiro**. Fronteiras & Debates, v. 2, n. 1, jan./jun. p.51-64.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. 2003. **Desenvolvimento e associativismo indígena no Nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

